

A reforma do setor da água levada a cabo nos últimos anos, nomeadamente com a adoção da Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro), do respetivo regime complementar (Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de março) e da Lei da Titularidade dos Recursos Hídricos (Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio), justifica plenamente a realização de um primeiro balanço e a avaliação do seu impacto

O DIREITO DA ÁGUA



O Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa organiza, entre abril e junho de 2012, um curso pós-graduado de atualização sobre Direito da Água. Reconhecendo o caráter inovador do curso no panorama nacional e a crescente atualidade, teórica e prática, das temáticas relacionadas com a água, a FALM associa-se à sua realização. No curso intervirão dois sócios da FALM, Mestre José Mário Ferreira de Almeida e Dr. Luciano Marcos, e um Advogado Associado, Prof. Doutor João Miranda, que é também um dos seus coordenadores científicos.

A reforma do setor da água levada a cabo nos últimos

anos, nomeadamente com a adoção da Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro), do respetivo regime complementar (Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de março) e da Lei da Titularidade dos Recursos Hídricos (Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio), justifica plenamente a realização de um primeiro balanço e a avaliação do seu impacto.

Acresce que se anunciam também reformas profundas no âmbito do funcionamento dos serviços públicos de água, pelo que também por essa razão se explica a iniciativa de realização do curso de pós-graduação para procurar refletir sobre os problemas e desafios que se colocam, estudando-os e apresentando alternativas que possam contribuir para encontrar as melhores soluções.

Para tanto, o plano curricular do curso contempla o tratamento de diversas temáticas jurídicas que até agora nunca haviam sido estudadas, de forma sistemática, no quadro da oferta pós-graduada das universidades: os modelos de governação dos serviços públicos de água; a relação da proteção dos recursos hídricos com o ambiente, o ordenamento do território e a energia; o domínio público hídrico; a contratação

pública no setor da água; e o regime económico-financeiro dos recursos hídricos.

Com um programa variado e focado nos diversos domínios em que as questões associadas à água mais dúvidas têm colocado, este curso vai ao encontro da necessidade de formação contínua e de atualização permanente de todos os profissionais, oriundos do setor público e do setor privado, habilitando-os a enfrentar os constantes desafios e as futuras evoluções da matéria de forma segura.

Não obstante a prevalência de uma abordagem predominantemente jurídica na organização das sessões do curso, o carácter transdisciplinar dos problemas que se colocam no domínio da água tornam a sua frequência aliciante para profissionais de outros domínios do conhecimento.

Apoiado num corpo docente multidisciplinar e com experiência profissional relevante, não apenas académica, este curso adota um modelo de lecionação altamente vocacionado para a participação ativa dos alunos e para um ensino prático, aspeto que o torna particularmente incentivador e interessante.

Coordenação científica do Curso:

Prof. Doutor João Miranda, Mestre Ana Luísa Guimarães, Mestre António Leitão Amaro e Mestre Mark Kirkby

Programa do curso e informações disponíveis em <http://icjp.pt/>

Previamente à realização do curso, terá lugar no dia 29 de Março de 2012, no Auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, uma conferência inaugural sobre "Perspetivas de evolução futura do setor da água?", na qual intervirão especialistas nacionais e estrangeiros.

Reconhecendo o manifesto interesse desta iniciativa é com satisfação que a FALM apoia o curso pós-graduado de atualização sobre Direito da Água, contribuindo para o debate de uma matéria de inegável importância.

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Instituto de Ciências Jurídico-políticas

Conferência inaugural: «*O futuro dos serviços públicos de águas*»

29 de março de 2012

**Auditório da Faculdade de Direito
da Universidade de Lisboa**